MORRO DO CASTELO, UMA FERIDA NARCÍSICA
OS SUBTERRÂNEOS DA ALMA CARIOCA EM LIMA BARRETO

Sebastião Lindoberg da Silva Campos (PUC-Rio)[1]

Resumo: Calcado nos estudos científicos, estéticos e sanitários o Rio de Janeiro apagou de sua memória aquilo que tornara seu centro, símbolo das transformações urbana e cultural, em um espaço fétido, bafiento e retrógrado: o Morro do Castelo. Na série de textos escritos em 1905 para O Correio da Manhã, hoje publicada em livro, O subterrâneo do Morro do Castelo, Lima Barreto nos oferece uma narrativa que quase beira o cômico, homens sedentos por encontrar tesouros escondidos sob a massa geológica da urbe desenterram um passado de fantasia sob as vestes contemporâneas da estética urbana. A destruição do morro é a síntese de um dado: no afã de transformações, a civilização é mais patológica que a selvageria. O Morro do Castelo (ou sua ausência) converteu-se num símbolo sisífico que se renova a cada transformação urbana; apaga-se o passado, remodela-se o futuro.

Palavras-chave: Belle Époque. Literatura. Lima Barreto. Morro do Castelo.

Introdução

A ciência positivista da virada do século XIX para o XX conhecera seu lado patológico nos sertões nordestinos, mas o golpe dado pelos Hércules-Quasímodos não abalara a sua autocrença redentora da qual havia se revestido. Soberba que era, blindou-se do contato humano na também soberba – para usar um termo de Joaquim Manuel de Macedo – Rua do Ouvidor. Ali, protegida de todos os perigos das outras ruas cariocas, geralmente "sinistras, malandras, ambíguas" (DO RIO, 2008, p. 34), a ciência positivista ousou pensar a cidade, a civilização por meio dos livros, sem sequer colocar a cara à rua e perceber aquilo que de mais importante compõe a cidade: sua gente.

A República, que avançava nos seus propósitos de civilização – em termos euclidianos –, levava para os sertões indômitos, sob o símbolo das armas, o poder da ordem; e nas ruas cariocas, sob o símbolo das largas avenidas, o retrato do progresso. Apagando o passado colonial dos casarios portugueses, enfeitando-se com prédios ao melhor estilo francês, as ruas cariocas pareciam mergulhar numa outra dimensão

[1] Doutorando em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PUC-Rio). Contato: lindoberg_pe@hotmail.com

cultural que abandonara seu *delirium* africano e sua antropofagia indígena. Calcado nos estudos científicos, estéticos e sanitários o Rio de Janeiro apagou de sua memória aquilo que tornara seu centro, símbolo das transformações urbana e cultural, em um espaço fétido, bafiento e retrógrado: o morro do Castelo.

Rasgando as faldas do seu berço, o Rio impunha uma nova forma de pensar a seus habitantes, abandonara o passado, e sob a égide da técnica e ciência transformava cirurgicamente seu corpo, mas o espírito continuava o mesmo. Movido mais por lendas que estudos técnicos, mais pela cobiça gerada pela fábula que a necessidade imposta pela ciência, o desmonte do morro do Castelo parece ser a síntese inequívoca de uma sociedade que inclina o corpo para o futuro, mas permanece com o espírito fincado no passado.

A destruição do outrora morro do Descanso, vaticinado com a abertura da Av. Central, é o mote para Lima Barreto construir uma narrativa proposital na qual retrata de forma singular o espírito do homem civilizado da *Belle Époque* das ruas do Rio. Ávido pelo novo, movido pelas velhas crenças. Na narrativa, os homens do progresso que avançam com suas picaretas conduzindo a desconstrução do passado incômodo são meras molduras de uma sociedade cujo retrato é marcado pelo encantamento, movido pela fábula, sensível a histórias de amor, traição e poder.

Na série de textos escritos em 1905 para *O Correio da* Manhã, hoje publicada em livro, *O subterrâneo do Morro do Castelo*, Lima Barreto nos oferece uma narrativa que quase beira o cômico, homens sedentos por encontrar tesouros escondidos sob a massa geológica da urbe desenterram um passado de fantasia sob as vestes contemporâneas da estética urbana. Ou como prefere Carlito Azevedo em Posfácio escrito para uma edição de 2017, Lima Barreto insere uma narrativa gótica cuja função é dar "conta do conjunto de pulsões humanas mais 'baixas' ou 'subterrâneas'" daquela sociedade carioca. A destruição do morro é a síntese de um dado: no afã de transformações, a civilização é mais patológica que a selvageria. O morro do Castelo (ou sua ausência) converteu-se num símbolo sisífico que se renova a cada transformação urbana; apaga-se o passado, remodela-se o futuro.

De Canudos ao morro do Castelo, retratos de uma patologia racional

Os maltrapilhos soldados que voltavam da fatídica guerra de Canudos não traziam apenas em sua bagagem o trauma de uma guerra e o retrato fidedigno do colapso de um sistema baseado em teorias *a priori* nunca efetivamente exitosas. O fim da guerra de Canudos marca o fim de uma neófita tentativa de compreensão de mundo que desde o início mostrara-se falha em seu projeto de apreensão e transformação, além de ser uma peça-chave no desenvolvimento das marcas sociais que marcariam para sempre o corpo urbano do Rio de Janeiro.

As ideias positivistas que desde a década de 1870 berçaram uma nova concepção de governo e organização institucional, saltam das areias da Praia Vermelha no Rio de Janeiro e perscrutam o eternamente indômito interior brasileiro, esquadrinhando, tanto sob o olhar atento e pena ligeira de Euclides da Cunha, quanto sob as armas do progresso da recente República. Tal tarefa seria uma espécie de prova de fogo a forjar e finalmente justificar seus planos de civilidade da qual nada que estivesse sob a égide da racional República escaparia dos seus propósitos de *ordem* e *progresso*.

Civilizar significava colocar nos trilhos racionais do desenvolvimento técnico e científico. Civilizar significava, entre outras coisas, apagar um passado monárquico, nos moldes políticos; negro e indígena, nos aspectos étnicos; e metafísico no plano ético, e construir, junto com a República, os brancos e o positivismo os novos alicerces de uma nação grande e portentosa.

Para isso só a ciência, e seu domínio da técnica, seria possível de conjugar os novos caminhos buscados. Civilizar possui conotações mais amplas que uma simples transformação política varrendo para longe a herança monárquica que ainda pairava nos sertões indômitos e na capital enferma. Civiliza-se a alma também, a arte, e a estética, as ruas, por fim, a cidade. Assim a *Belle Époque* carioca estava embebida dos ideais positivistas.

Mas se Canudos fora, no interior do Brasil, uma pedra no sapato, uma espécie de espelho a mostrar a feiura do narcisismo do então incólume positivismo, o morro do Castelo, seria a ferida narcísica mais próxima, cravada no seu próprio seio onde fora embalado, gerado e desenvolvido. Berço da sebastianópolis em pouco tempo, por

abandono casual ou planejado das autoridades, o morro do Castelo se tornaria, à maneira de Canudos, o lugar a ser apagado de uma incômoda historia pretérita para abrir espaço para a escritura de um novo futuro.

O fato é que, mesmo que o Castelo guardasse uma memória histórica, o seu proposital abandono convertera-o num Quasímodo assentado bem no centro daquela cidade que aos poucos se vestia da pomposidade francesa da *Belle Époque*. É dizer, o morro em sua essência era símbolo de uma herança portuguesa que se queria apagar da história ou deixar para trás a cargo do limbo do esquecimento. Mas sua presença ali, constante era um monumento necessário a ser riscado geograficamente.

Entretanto, se a proposta do arrasamento do morro se sustentava em argumentos de ordens sanitárias, isso não era um ineditismo da virada do século XIX para o XX, desde o século XVIII (*cf* KESSEL, 2008, p. 34) havia quem sugerisse que o Castelo era o maior, senão único responsável pelas moléstias da cidade. O fato é que mesmo que tenha uma história de ameaça de arrasamento desde o tempo da rainha Maria I, o Castelo de fato só conhecerá suas primeiras ameaças efetivas com o processo de embelezamento da cidade com a abertura da então Avenida Central.

Como qualquer morro carioca, o Castelo abriga em seu seio "os que descem na escala da vida" (KESSEL, 2008, p. 60). Assim a imagem do Castelo há tempos era de "velho e desprezado", reduto de uma população pobre e carente que enfeia a cidade.

Joaquim Manuel de Macedo já antecipara os projetos civilizacionais de arrasamento do capitólio carioca, pondo em sua análise uma denúncia de indiferença governamental ante o berço da urbe que tempos depois, numa espécie de ironia "silenciosa", Lima Barreto pontecializaria. Em sua descrição do Castelo, Macedo reflete que:

> Semelhante às antigas e prestigiosas instituições que, arraigadas aos costumes dos povos e defendidas pelos interesses e pelas tradições de classes privilegiadas, resistem à força potente da civilização e do progresso e à influência destruidora do tempo, e só pouco a pouco se vão desmoronando, agora pelo triunfo pacífico de novas ideias, logo pelo impulso violento de uma revolução política, o morro do Castelo, firmado em sua base, tem até hoje zombado de não sei quantos projetos e planos de arrasamento com que o ameaçam desde muitos anos (MACEDO, 2010, p. 496).

Mas se até Macedo o Castelo resistira sofrendo apenas pequenas intervenções, com o advento definitivo da tecnologia do século XX, aliada às ideias sanitaristas e de

embelezamento urbano, seu destino não seria tão hercúleo como fora até então. Se o projeto de cidade possuía em seu âmago um projeto de civilidade, o mesmo não se pode dizer da alma do povo. A alma do povo não se civiliza (*cf* CASCUDO, 2011, p.12). Explico-me: ainda que houvesse argumentos e estudos acadêmicos (*cf* KESSEL, 2008, p. 36) que sustentassem o arrasamento do morro do Castelo o povo estava alijado dessa perspectiva. Tanto em perspectivas que não incluíam a população pobre na perspectiva de integração do novo projeto de urbes, quanto no sentimento de pertencimento de tal transformação social e ideológica que aos poucos remodelava o núcleo citadino.

O positivismo, e todos seus depreendimentos ideológicos que ousavam pensar a cidade, se enclausurou na Rua do Ouvidor e dali forjou um pensamento que estava longe de condizer com uma realidade múltipla e mesmo mítica dos moradores do Rio de Janeiro daquela época. É dizer, ainda escrevendo sobre a campanha de Canudos, Euclides da Cunha usa uma metáfora perfeita que sintetiza a partição que havia no Brasil, e consequentemente no Rio de Janeiro. Uma cidade partida entre uma intelectualidade científica que pensa, planeja e executa um plano dado *a priori* e validado por si só, sem levar em consideração o "outro" que mora ao lado. Diferentemente de Canudos, "uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecido, indecifrável, como uma página truncada a sem número das nossas tradições" (CUNHA, 2005, p. 274), e por isso indesejável, passível de aniquilação, o morro do Castelo era como uma marca a se erguer no quintal, reduto de "gente pobre que tomou o rumo das habitações coletivas depois das demolições de Pereira Passos" (KESSEL, 2008, p. 74), um monumento que contrastava contraditoriamente com "o Rio europeu e elitizado da avenida Rio Branco" (KESSEL, 2008, p. 74) e por isso um alvo repetidamente atacado pelo coro de saneadores e urbanistas que pediam seu aniquilamento total.

Mas analisando profundamente a questão, assim como Canudos fora vítima de um hermetismo alienante de uma empiria que insistia em ser totalizante, para não dizer totalitária, o Castelo é vítima de um discurso mais patológico do que se pensara. Em verdade, o arrasamento do capitólio do Rio de Janeiro está atrelado a uma cobiça mais furtiva, a um desejo de curiosidade humana que se vestiu de um discurso higienista para esconder seu lado mais obscuro. Redutos dos jesuítas durante séculos, desde sempre o

arrasamento do morro estava atrelado a uma crença imemorial de tesouros escondidos em seu interior.

É essa perspectiva que magistralmente Lima Barreto, numa série de reportagens escritas em 1905 para o *Correio da Manhã*, explora um afã por histórias secretas de amor, traição e conspiração que levaram o morro do Castelo a conhecer seu fim.

Os subterrâneos do Castelo: uma escrita híbrida, uma ideia consistente

Há tempos a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal deixara no morro do Castelo não apenas uma lembrança sempre rememorada pelas construções que serviam de escola, hospital e igreja da Companhia de Jesus. Os inacianos se foram, mas como herança deixaram na memória coletiva da cidade uma suposta teoria de que havia nos subterrâneos do morro tesouros escondidos. Tal suposição levou não apenas a literatura a abraçar tal possibilidade e explorá-la exaustivamente, os tesouros se sedimentaram nas histórias contadas pelo povo, que como afirmado anteriormente, não se civiliza tão facilmente como pretende a empiria científica. Movidos por histórias de supostos tesouros repousando abaixo dos pés de todos que acorriam ao Castelo, o morro converte-se numa espécie de caixa de Pandora a seduzir perpetuamente a curiosidade daqueles que para ele dirigiam seus olhares todos os dias.

A tentação de Pandora era comum a todos, abrir (nesse caso escavar) a caixa para revelar o segredo oculto; e por fim, o Castelo parece ser mais vítima da curiosidade incauta que de argumentos técnicos e sanitaristas para sua remoção. Não à toa, é nessa série de reportagens – reportagens essas que se converterão numa verdadeira narrativa ficcional, uma escrita híbrida, que não permite mais identificar os liames que definem cada campo de atuação dos saberes – que Lima Barreto trará à tona todo um espectro humano de superstição e assombro que se contrapõe ao cientificismo pretendido pelos remodeladores da cidade. Desde a suspensão de juízo acerca da veracidade dos fatos, "Verdade ou lenda, caso é que este fato (tesouros escondidos no subterrâneo) nos foi trazido pela tradição oral e com tanto mais viso de exatidão quanto de inverossímil nele se continha" (BARRETO, 1997, p. 1), até o encontro com um misterioso homem

habitante da Saúde e que dizia possuir mapas que atestavam as galerias subterrâneas, ou mesmo a incorporação do espírito do Marquês de Pombal pelo engenheiro Paulo de Frontin.

Lima Barreto passeia, então, pelas formas literárias fazendo aflorar as diversas nuances dos habitantes do Rio de então; e, para um leitor atento, a denúncia social já está evidente e muito forte: o afã do capitalismo pela riqueza a qualquer custo, a exploração dos trabalhadores movidos por perspectivas de encontrar riquezas e a situação degradante dos habitantes do morro. A busca de riqueza que ignora a realidade social e humana daqueles moradores que possuem apenas uma gleba de terra para viver no Castelo é a mesma que converte trabalhadores comuns e necessitados em braços extensivos que aos poucos executa a sentença de morte do Castelo e de seus pobres habitantes, "não eram atores, está visto; simples operários, colaboradores anônimos nas glórias futuras da ribalta municipal" (BARRETO, 1997, p. 7).

Tudo movido mais pela inata curiosidade humana que de fato, como se queria fazer acreditar, estudos sérios sobre a verdadeira necessidade de remoção do capitólio carioca. "A multidão apinhava-se curiosa, diante do morro do Castelo, em cujo imenso bojo se entesouram riquezas fabulosas, abandonadas pelos jesuítas na precipitação da retirada" (BARRETO, 1997, p. 15).

A série de reportagens que tem início durante o processo de abertura da Avenida Central, e a descoberta de uma galeria numa das faces do morro reaviva a antiga lenda desde há muito tempo criada em torno da expulsão dos jesuítas. A picareta que revolve o solo e descortina para à *Belle Époque* carioca os subterrâneos do Castelo traz à tona o mais antigo desejo humano por histórias de traição, conspiração e segredos que Lima tão bem explora nas suas linhas no *Correio da Manhã*. Numa fina ironia, Lima Barreto descortina a verdadeira face obscura que fundamentava o arrasamento do "terreno multissecular" (BARRETO, 1997, p.3), e faz uma crítica que já no início de sua série de reportagens deixa transparecer aquilo que de mais forte sua literatura carregaria, a denúncia e críticas sociais sob o invólucro de uma escrita forte e combativa, mas não menos bela:

> O trabalho foi suspenso a fim de que se dessem as providências convenientes em tão estranho caso: uma sentinela foi colocada à porta do subterrâneo que guarda uma grande fortuna ou uma enorme e

> secular pilhéria; e, como era natural, o Sr. Ministro da Fazenda, que já tem habituada a pituitária aos perfumes do dinheiro, lá compareceu, com o Dr. Frontin e outros engenheiros, a fim, talvez, de informar à curiosa comissão se achava aquilo com cheiro de casa-forte..." (BARRETO, 1997, p. 3-4).

A descoberta da galeria descortina aos olhos contemporâneos uma outra face pouco debatida da *Belle Époque*, se o cientificismo naquele momento reinara absoluto enquanto ordenador dos projetos de civilidade pretendidos, a outra face "escura" também mostrava suas caras e mostrava-se extremamente patológica. No desejo desenfreado de riquezas, apoiava-se sobre as mais esdrúxulas histórias que comportassem o mínimo de coesão narrativa ou que se adequasse a sua ambição desmedida. É isso que Lima Barreto, na série de reportagens, deixa claro: "pelo que veem, eis aí farta messe de assuntos para amadores da literatura fantástica e para megalômanos, candidatos a um aposento na Praia da Saudade" (BARRETO, 1997, p. 5).

A praia da Saudade era o local onde ficava o Hospital Nacional dos Alienados, a metáfora usada por Lima Barreto já no início de suas reportagens é interessante e não deixa de chamar atenção para sua crítica. O arrasamento total do Castelo vai demonstrar a total falta de estudos técnicos que fundamentassem tal ato, além de desalojar uma população carente que tinha no morro seu único reduto. Prova disso é o tempo em que a esplanada gerada pelo arrasamento (depois da década de 1920) ficou desocupada sem um uso racional e planejado. O desmonte do morro é então encaminhado graças a esse afã cuja picareta que descobre a galeria potencializa as lendas em torno de tesouros.

Mas "o homem já se não contenta em querer escalar o céu, quer também descer ao coração da terra e não poderá ser o morro do Castelo embaraçar-lhe a ação" (BARRETO, 1997, p. 14). A sentença de Lima Barreto antecipava o trágico fim do berço da cidade; movidos pelas especulações, Lima vai quase que imperceptivelmente zombando da hercúlea tarefa de desmonte que se vai operando: "Mas os operários prosseguem cada vez mais porfiados em ver quem primeiro colhe o prazer ultra-humano de descobrir o moderno Eldorado" (BARRETO, 1997, p. 14).

É no morro do Castelo que a cidade se congrega, que todos se reúnem para celebrar a vida e morte. Lima Barreto transfigura o morro 340 anos após sua fundação no novo centro para onde "uma multidão sonhadora e desocupada" se dirige numa

espécie de congraçamento social que horizontaliza todos, povo comum e governantes, em torno do mesmo sonho que move os homens, na iminência de se descortinar "um Rio inédito e fantástico, em que se cruzam extensas ruas abobadadas, caminhos de um Eldorado como não no sonhara Pangloss" (BARRETO, 1997, p.16). Uns movidos pela simples ganância, pela "habituada pituitária aos perfumes do dinheiro", outros pelo simples fato de se render a "literatura fantástica", mas a grande massa populacional, o verdadeiro povo, vítima das injustiças sociais e à espera de um Dom Sebastião tropical e contemporâneo a si, "apinhava-se [numa multidão curiosa], diante do morro do Castelo em cujo bojo se entesouram riquezas fabulosas, abandonadas pelos jesuítas na precipitação da retirada" (BARRETO, 1997, p. 15). É a espera no surgimento do Eldorado que trará esperanças de dias melhores. Uma imagem quase carnavalesca de uma multidão ávida por novas narrativas que saciem sua inata curiosidade a contrastar com a seriedade e embelezamento das ruas da *Belle Époque*, do civilismo que rejeita a "selvageria" e a envia para o alto da colina.

Considerações finais

O Castelo faz todos iguais. Mostra a face narcísica do Rio. Um Rio que não se reconhece a si mesmo, que sanea seu povo, esconde suas cicatrizes sociais mas que ainda perpetua as marcas indeléveis da fratura no corpo da cidade. Lima Barreto não passou incólume a isso, *O subterrâneo do morro do Castelo*, como numa espécie de prenúncio, traz à tona, faz emergir os retratos mais patológicos de um Rio que aspirava à civilização. Como a picareta que rompia a mole geologia, a pena de Lima Barreto vai desvelando a fragilidade do catolicismo oficial que se rende a um espiritismo de teses e o uso do povo como entidade de segundo plano, desprovidos de uma capacidade crítica da realidade, uma espécie de fêmea e esperar um macho para acasalar e indicar o caminho a ser seguido: "o público (...) quer novidades a todo transe e agora a novidade que se impõe é o Castelo, são os seus subterrâneos e o senhor é o homem fadado a nos tornar capazes de satisfazer a curiosidade carioca" (BARRETO, 1997, p. 20).

Mas se o modelo folhetinesco recheado de histórias de amores proibidos e traições diversas prende o leitor do periódico e aparentemente mostra uma faceta ingênua do escritor, as suas conclusões acerca do condenado morro salientam sua crítica social e

convertem o Castelo numa metáfora perfeita; os tesouros que possivelmente emanam do capitólio carioca não estão à disposição daqueles que sob "o sol causticante (...) vibram picaretas [e] revolvem a areia e a cal das argamassas" (BARRETO, 1997, p. 7) pois, como é sabido, "o bocado não é para quem o... encontra" (BARRETO, 1997, p. 85). Lima Barreto põe em evidência os papéis sociais, salienta o paradoxo do Rio elitizado, dos homens de ternos e das damas dos salões com a gente pobre e faminta do alto dos morros. Evidencia a fachada social burguesa que mira para o Castelo apenas com olhos de entretenimento, como se de súpeto do seu interior emergisse algo que justificasse e entrevisse sua vida de gestos e sentidos vazios:

> Dia a dia vai se tornando mais interessante este caso dos subterrâneos do Castelo, que veio trazer à banalidade chata de nossa vida burguesa uma nota estranha de aventura romanesca, fazendo vibrar o espírito popular que tem algo de feminino pela curiosidade com que espreita pela fechadura de todas as coisas, na ânsia de tudo saber e penetrar, até os últimos detalhes (BARRETO, 1997, p. 85).

O Castelo inevitavelmente conheceria seu fim, anunciado pelo sucesso das histórias de tesouros escondidos, justificado por papéis seculares que contabilizavam e apontavam os lugares exatos dos tesouros. Relíquias valiosas, crucifixos e "apóstolos de ouro maciço", tudo é motivo que leva adiante as escavações e esclarecem os mistérios seculares das galerias subterrâneas. Caminhos que outrora levavam ao encontro do amor furtivo e proibido de jesuítas e mulheres, hoje conduzem os operários e engenheiros "para um elevado tesouro... bibliográfico, pelo menos" (BARRETO, 1997, p. 13). Ao mesmo tempo que essas aventuras contemporâneas de escavações em busca da "furna de Ali Babá" (BARRETO, 1997, p. 85) são o mote de sua narrativa folhetinesca, não deixa de ser também farto material para Lima Barreto salientar e caricaturar a patologia carioca em busca de riquezas que ignora ou eufemiza os problemas sociais que de fato afligem a população.

Lima Barreto não poupará críticas aos líderes da insana empreitada. Ao se referir ao destino dado a um crucifixo de ouro encontrado numa das galerias, que imediatamente foi apossado por Rodrigues Alves, que "logo ao saber do encontro (...) foi pronunciando o venha a nós e chamando aos peitos o objeto achado" (BARRETO, 1997, p. 89), Lima tece suas críticas e vaticina: "tudo o que ali dentro possa estar

guardado (...) pertence de direito ao povo, único soberano – em doutrina e em imagem de retórica, é verdade" (BARRETO, 1997, p. 89).

Lima converte o Castelo no lugar do povo, dali emanam suas histórias, dramas e paixões; termina sua série de reportagens com uma profecia já sabida de todos. A lâmina que se precipita no peito de Duclerc fechando um ciclo romanesco é a metáfora da picareta que vaticina o fim do Castelo e com ele a perpetuação de um abandono das classes menos favorecidas. O desmonte do Castelo é apenas mais uma ferida narcísica que se reproduz amiúde pelo corpo partido da cidade e do Brasil. Se Canudos fora a prova mais recente de um positivismo incapaz de alargar seu entendimento sobre o mundo, o Castelo foi a ferida local mais representativa desse afã pelo desconhecido que se reveste de discursos científicos e racionais para camuflar uma patologia interna.

O desmonte total do Castelo na década de 1920 não gerou apenas um espaço vazio na urbanística da cidade, ceifou vidas que há muito estavam à míngua, abandonadas no alto à espera de um milagre. Milagre este que nunca veio e fez vítima até o ilustre nome fundador da cidade que sob o chão daquele morro descansava o sono eterno. A remoção da sepultura de Estácio de Sá foi a condenação final, o martelo que cai sobre a mesa a anunciar a fatídica sentença. É nessa série de reportagens que Lima Barreto inicia suas denúncias sociais e exibe, de acordo com Carlito Azevedo (2017, p. 102), "um paralelo de contradições: ao recorte 'racional' da cidade, projetados pelos cálculos do prefeito 'iluminista', corresponde o afloramento na população de superstições e assombros".

O morro do Castelo não é único exemplo dessa patologia racional e social que por vezes acomete a administração pública. No Castelo existiam famílias, pessoas, vidas que de uma hora para outra se viram literalmente sem chão para viver ou repousar seu corpo no fim da vida. O Castelo é apenas uma parcela das transformações urbanas que tiveram no "bota abaixo" sua expressão maior e que se repetem ao longo do tempo e em épocas distintas reproduzindo os mesmo erros do passado, como a favela da Catacumba(1970) e a favela Vila Autódromo (2016). Ceifam-se vidas em nome do lucro, extinguem-se histórias humanas em nome da especulação. A história se repete num ciclo macabro onde vidas transformam-se em mercadorias, valoradas segundo os interesses dos mercados que se resume no "quanto vale ou é por quilo?"

Referências

BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Organização, [introdução e notas] de Beatriz Resende. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Dantes, 1997.

_____. *O subterrâneo do morro do Castelo: um folhetim de Lima Barreto*. 4ª edição – Rio de Janeiro: Dantes Ed., 2017.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Religião no povo.* – 2ª ed. – São Paulo: Global, 2011.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2005.

DO RIO, João. *As religiões no Rio.* Apresentação João Carlos Rodrigues. 3ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. In:* O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX. Org. Michelle Strzoda. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

KESSEL, Carlos. *Tesouros do Morro do Castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro.* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.